

Comunicação, um desafio da área nuclear brasileira¹

Tariana Brocardo MACHADO²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

A comunicação de risco e crise, no âmbito da comunicação pública, observou grande desenvolvimento nos últimos anos, mas muito mais caminho ainda tem a percorrer para que de fato tenha caráter ágil, transparente e dialógico. Na área nuclear, encarada com restrições por parte do público, principalmente depois das bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, em 1945 durante a II Guerra Mundial, e dos impactantes acidentes registrados em Chernobyl, em 1986, Goiânia, 1987, e Fukushima, 2011, a comunicação tem papel fundamental em sua relação com a sociedade. No Brasil, a expansão do uso da energia nuclear para a geração de eletricidade está prevista no Plano Nacional de Energia 2030.

Palavras-chave: comunicação de risco; comunicação de crise; comunicação pública; acidente nuclear; energia nuclear.

1. Introdução

Entende-se por público aquilo que é amplamente disseminado, de conhecimento geral, passível de acesso e compreensão por toda a sociedade. Estar no âmbito público é enfrentar questões de interesse coletivo.

A esfera pública é a ocasião e a condição para gerar a opinião pública, que nada mais é que a vontade coletiva que nasce do consenso das razões em público. A ideia de opinião pública está associada à imprensa, que se torna instrumento para que as decisões políticas sejam tomadas e legitimadas nesse novo fórum público.

Jürgen Habermas aponta o termo *Öffentlichkeit* para designar os conceitos de vida pública, opinião pública, público, espaço público e esfera pública. A publicidade, por sua vez, é o espaço social gerado na ação comunicativa. Para ele, este instrumento discursivo

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da ECA-USP, e-mail: tariana@gmail.com.

social permeia conversações cotidianas ou “fenômeno social elementar” (HABERMAS apud CAETANO, 2013, p.61). Ainda para o autor, a situação ideal do discurso é a de que o diálogo deve ser aberto e inclusivo para que a troca argumentativa possa ser isenta de coerção para que os participantes possam ser persuadidos pela força do melhor discurso (HABERMAS apud MAIA, 2011).

Alguns autores entendem que comunicação pública é aquela praticada pelos órgãos responsáveis pela administração pública. Entretanto, ela deve extrapolar a esfera de divulgação de informações de governo como mecanismos de autopromoção e colocar-se como instrumento facilitador do relacionamento entre cidadão e Estado. Não se restringe, então, ao fluxo de mensagens institucionais que partem de esferas governamentais e atingem os cidadãos sem espaços para a interlocução. “A comunicação pública deve ser pensada como um processo político no qual prevalecem a expressão, a interpretação e o diálogo” (MATOS, 2011, p.45). Assim, é um conceito em construção:

A expressão remete ao Estado; porém, a comunicação pública compreende processos diversos e faz interagir os atores públicos e também os privados, na perspectiva de ativar a relação entre o Estado e os cidadãos, com o intuito de promover um processo de crescimento civil e social (HASWANI, 2011, p.82).

No campo da comunicação pública, encontram-se essencialmente a comunicação estatal, a comunicação da sociedade civil organizada, a comunicação institucional dos órgãos públicos e a comunicação política (KUNSCH, 2013). Nas sociedades complexas, assuntos controversos, políticas públicas, novas regulamentações frequentemente tocam em diversos interesses, de modos distintos, sem que se possa estabelecer qualquer interesse comum unificado ou uma clara prioridade de um dado valor sobre os demais (SALGADO, 2011, p. 252).

O gerenciamento de comunicação de risco e em momentos de crise representa uma preocupação crescente do planejamento de relações públicas na comunicação integrada das organizações públicas e privadas. As organizações, suas marcas, seus produtos e serviços, bem como a maneira como se comunicam com a sociedade, afetam a vida dos indivíduos nas diferentes comunidades. Peter Sandman (1993) observa que alguns especialistas em risco o definem como multiplicação da magnitude pela probabilidade do evento. Entretanto, Sandman avança e observa o risco como uma composição da somatória de dois fatores:

perigo real e ultraje³. Segundo o autor, o risco é impactado igualmente tanto pela possibilidade real de que algo aconteça como pela indignação que essa possibilidade causa na população. Se a indignação for alta, a percepção de risco será alta, mesmo que o risco real seja baixo. Desta forma, o planejamento da comunicação de risco pretendida por empresas públicas é parte das trocas de informação das empresas com a sociedade civil, suas instituições e o Estado, que se relacionam com as marcas e, por conseguinte, interagem positiva ou negativamente dependendo das mensagens, diálogo e transparência nas ações.

Nesse escopo, a comunicação dos serviços básicos, entre eles a geração de energia e a escolha da matriz energética, compete de forma ampla ao âmbito forma dialógica, com a participação da sociedade e a garantia de seu direito à informação. Como o Brasil prevê o fortalecimento da energia nuclear em sua expansão energética no Plano Nacional de Energia - PNE 2030 (MME, 2007), é importante que as práticas de comunicação acompanhem esse desenvolvimento e que os profissionais da área estejam prontos para atuar tanto em situação de prevenção e risco quanto de crise. Afinal, a matriz energética é deliberação de cada país:do Estado, e os problemas relacionados a ela devem ser tratados com transparência, agilidade e de

Não há atualmente soluções convincentes para o problema de como a energia nuclear pode ser plenamente substituída. No presente momento, a energia nuclear produz cerca de 50% da eletricidade usada na Suécia. Tanto a indústria quanto os moradores dependem de uma fonte confiável e razoavelmente barata de eletricidade. Então, é muito provável que o programa nuclear atual em algum momento no futuro deva ser expandido e continue a ser depois de 2010, e o volume de combustível a ser armazenado por um repositório deve aumentar. Alternativamente, vários repositórios precisam ser construídos. Entretanto, esses assuntos não podem ser discutidos de forma realista enquanto a política de energia de longo prazo do país permaneça indeterminada, ou com pouca credibilidade (SJÖBERG, 2007, p.78).

Na área nuclear, encarada com restrições por parte do público, principalmente depois das bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, em 1945 durante a II Guerra Mundial, e dos impactantes acidentes registrados em Chernobyl, em 1986, Goiânia, 1987, e Fukushima, 2011, a comunicação tem papel fundamental em sua relação com a sociedade.

2. Mau exemplo de comunicação de risco: a crise de Chernobyl

³ Do original *outrage* – tradução da autora.

“O que havia acontecido? Uma explosão? Uma nuvem radioativa? Contaminação séria? Foi a Suécia que nos alertou”, disse Mikhael Gorbachev em depoimento presente no documentário *The Battle of Chernobyl* (2006).

Pripyat, Ucrânia, 26 de maio, às 01h23, o reator nº4 da Planta de Energia Nuclear de Chernobyl explode em meio a um processo de manutenção e ocorre o maior acidente nuclear da história. Poeira radioativa se espalha no ar por quilômetros, espalhando-se por grande parte da Europa. Por volta de 5h, a primeira informação que chega ao primeiro secretário da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Mikhael Gorbachev, consistiu vagamente em acidente e incêndio, mas nenhuma palavra foi dita sobre a explosão. “Primeiramente, foi-me dito que não havia ocorrido uma explosão. As consequências de tal informação falsa foram particularmente dramáticas.” Mikhael Gorbachev (*The Battle of Chernobyl*, 2006).

No caso do acidente de Chernobyl, para além da tragédia radioativa, acontecem problemas sérios de comunicação, que geram desdobramentos ainda maiores para os afetados e legados que marcam a História.

Ainda no primeiro dia do acidente, horas depois do primeiro contato, ao questionar sobre o ocorrido, Gorbachev novamente se depara com a falta de transparência:

As informações que tínhamos eram de que tudo estava em ordem, inclusive o reator. Quando questionei o acadêmico Alexandrov, ele me disse que o reator estava em absoluta segurança, que poderia ser montado na Praça Vermelha. Parecia simples como acender uma vela, como ferver água na Praça Vermelha. Mikhael Gorbachev (*The Battle of Chernobyl*, 2006).

No texto, está presente um caráter icônico. Segundo a Teoria Geral do Signo, de Charles Sanders Peirce, as impressões causadas na mente daqueles que recebem o discurso organizacional tendem a ser fortemente icônicas (IASBECK, 2007). No âmbito da estratégia discursiva, observa-se que o interlocutor de Gorbachev tentou contornar a questão embaraçosa e transformá-la em algo que causasse efeito positivo. Assim, a função do discurso não é informar, mas criar efeito no receptor (BLIKSTEIN, 2008). Como “o discurso tem a função de *fazer crer* e, conseqüentemente, *fazer fazer*” (BLIKSTEIN, 2008, p.42), nesse caso, ele gerou uma inoperância do Estado, na medida em que se acreditou que nada de sério havia acontecido e que, portanto, nenhuma medida de impacto deveria ser tomada.

Apesar dos rumores na cidade, os habitantes cidade de Pripyat, localizada a 3 km da região do acidente e construída para abrigar os trabalhadores das usinas e suas famílias, seguiam sem comunicação oficial sobre a gravidade da situação. Nesse sentido, observa-se o grave e intermitente problema de falta de diálogo do Estado com a sociedade. Somente no primeiro dia do acidente, a dose de radiação a que os moradores da cidade foram expostos foi 50 vezes maior que a dose considerada inócua (The Battle of Chernobyl, 2006). No dia 27 de abril, 30 horas depois do acidente, 1.000 ônibus foram ajudaram a retirar os 43 mil habitantes de Prypiat, ainda sem informá-los da gravidade do incidente.

De acordo com o relato de Gorbachev, já havia registros de acidentes anteriormente, mas todos foram mantidos em segredo. Segundo ele, essa falta de informação fez com que a equipe técnica subestimasse a situação do reator 4 de Chernobyl e ficasse reunida ali mesmo no lugar da explosão durante dias para solucionar o problema, que pensaram que poderia ser rapidamente resolvido e cujas atividades poderiam voltar em maio ou junho.

No dia 28 de abril, especialistas da Suécia detectaram aumento de atividade radioativa em seu território e autoridades do país acionaram Hans Blix, diretor da AIEA, questionando-o sobre a origem das nuvens contendo partículas radioativas. Enquanto isso, satélites espões americanos e europeus observam a região e encontram o local do incidente. À noite, a AIEA foi finalmente informada por um representante do comitê atômico na Rússia.

Imediatamente decidimos que era essencial que todos os fatos nos fossem reportados daquele momento em diante. Eu liguei para a KGB e pedi que reportassem tudo o que estivesse acontecendo, todas as conversas que os cientistas estivessem tendo e que enviassem a informação para mim pessoalmente. Mikhael Gorbachev (The Battle of Chernobyl, 2006).

“Imediatamente”, em termos de comunicação de crise, não se aplica ao prazo de dois dias inteiros. Em qualquer situação de crise, as organizações precisam posicionar-se rapidamente. Além disso, têm de buscar tomar medidas para disseminar uma imagem favorável. (BLIKSTEIN, 2008).

Casos como esse são emblemáticos da importância do planejamento de comunicação integrada para o enfrentamento de crises na área nuclear. A ausência de informações e de canais de comunicação e mensagens estruturadas gera não somente problemas momentâneos e risco à saúde e vida dos envolvidos, como prejuízos de imagem

que podem levar décadas para serem desfeitos. Para Lennart Sjöberg, tais equívocos podem gerar a sobreposição da lógica dramatúrgica à lógica científica no que tange o tema específico:

Casos individuais de doenças podem ter muitas causas, para usar um exemplo, e atribuí-los a uma determinada fonte de poluição pode ser injustificado, ainda que pareça bem convincente para muitos. Algo parecido parece ter acontecido na Ucrânia, onde aparentemente muitas doenças foram atribuídas, sem evidência científica convincente, ao problema de Chernobyl. Em tais casos, existe uma lógica dramatúrgica, que se sobrepõe à lógica científica: se há um culpado, especialmente conectados com tentativas anteriores de esconder os fatos e se evadir de responsabilidade, torna-se bastante persuasivo argumentar que várias doenças e/ou acidentes são causados pelo culpado. (SJÖBERG, 2007, p.77)

3. Comunicação de risco na área nuclear

Nessa tradução da informação técnica para a sociedade, a mídia de massa tem grande importância por ser um dos canais que permitem o relacionamento das empresas com seus públicos de interesse. A comunicação de risco precisa considerar a complexidade da tomada de decisões por parte dos seres humanos, em que se faz necessário conhecer os riscos, mas é insuficiente para a reação. (BATISTA, 2007).

No caso da área nuclear, muito por causa de situações de crise como a de Chernobyl, a comunicação de risco é complexa e demanda ações alternativas visando à mudança de percepção do risco, ou ultraje, por parte da comunidade. Determinados episódios históricos sugerem que alguns processos sejam altamente emocionais e gerem forte rejeição. Para Ulrick Beck (2010), a sociedade vive um momento de transição entre a sociedade industrial, em que a temática central é a distribuição de riquezas, e a sociedade do risco, em que o tema central é a distribuição de riscos no globo, gerados no seio do desenvolvimento da sociedade.

A instalação de uma usina nuclear em uma determinada região pode gerar a disseminação do comportamento de "stigma" (SLOVIC, LAYMAN et al. apud SJÖBERG, 2007). “O modelo ‘stigma’ sugere que há um problema muito difícil para comunicação de risco e que é importante escrutinar” (SJÖBERG, 2007, p.80-81). Assim, com uma análise de percepção de risco, Batista observa:

Por exemplo, uma ameaça representada por uma usina nuclear instalada em uma vizinhança é *percebida* como maior que o risco de dirigir sem cinto de segurança, apesar de a probabilidade de uma usina nuclear vazar e causar algum mal a estes indivíduos ser extremamente menor do que a de esses mesmo indivíduos sofrerem algum dano físico por não estar usando cinto de segurança em um acidente de automóvel. Esta diferença de percepção é em geral atribuída à diferença de expectativa das prováveis consequências geradas pelos dois riscos. No primeiro, a forte associação entre acidente nuclear e morte, a expectativa é de provável grande dano (ex. morte) e no segundo, o risco percebido é, na maioria das vezes, de pequenas consequências (bater a cabeça, quebrar um dente etc.). Embora em alguns casos o não uso do cinto de segurança possa causar a morte, isso não é o que vem à mente do indivíduo tomando a decisão de usar ou não o cinto; já no caso da usina nuclear, a consequência mais drástica é imediatamente recuperada da memória. (BATISTA, 2006, p.104).

A fim de estruturar e padronizar a comunicação de risco na área nuclear, em abril de 2013, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e a Eletrobras Eletronuclear, empresa pública brasileira responsável pela operação de usinas nucleares no Brasil, lançaram no 4º Seminário Internacional de Energia Nuclear, no Rio de Janeiro, o manual “Comunicação com o público em uma emergência nuclear ou radiológica”, versão em português da mesma cartilha da AIEA lançada internacionalmente em maio de 2012 (IAEA; ELETRONUCLEAR, 2013). Este manual propõe as melhores práticas de comunicação de gerenciamento de crise para casos de incidentes nas usinas e é baseado nas lições aprendidas internacionalmente em relação à comunicação com a sociedade nos acidentes nucleares Three Mile Island, em 1979, Chernobyl, em 1986, Goiânia em 1987 e Fukushima, em 2011

A percepção de risco usada para julgar eventos dos quais o indivíduo tem pouco conhecimento (BATISTA, 2007). Por isso, uma etapa anterior aos esforços de comunicação é de que os países definam políticas claras de seus planos de expansão de energia. A comunicação em si não é o agente da deliberação política sobre a matriz energética, mas trabalha de forma integrada dentro de um projeto de desenvolvimento da nação. Depois do acidente de Fukushima, muitos países reduziram sua aceleração em direção ao maior uso da energia nuclear. Entretanto, ela permanece um importante recurso:

Fukushima certamente jogará uma pá-de-cal sobre sonhos de intrépido avanço do uso da energia nuclear para gerar eletricidade. Mas, como mostram os casos da China, da Índia, da Rússia (e mesmo dos EUA) isso está longe de significar algum sério obstáculo à expansão de tão controversa indústria (VEIGA, 2011).

O Brasil prevê sua expansão energética no PNE 2030, que amplia a presença de usinas nucleares no Brasil gradativamente, sendo potencializada a partir de 2025, dentro da estratégia para a expansão da oferta de energia até 2030 (MME, 2007). A premissa do plano é de que o país irá ampliar sua capacidade de geração de energia para sustentar o crescimento econômico no período (GOLDEMBERG, José; LUCON, Oswaldo, 2011) e a comunicação é parte integrante e importante desse processo.

4. Considerações finais

O Brasil precisa estar bem preparado para a expansão do uso da energia nuclear para a geração de eletricidade, e o caráter dialógico da comunicação é fundamental para a atribuição de credibilidade e confiança por parte da população, especialmente em seus caracteres de risco e crise.

Para que a comunicação de risco tenha sucesso, ela deve ter um modelo de trabalho realista das partes que tomam parte no episódio comunicacional. É necessário transcender as explicações do senso comum porque na ciência social e comportamental, senso comum raramente é uma boa primeira aproximação da verdade. (SJÖBERG, 2007, p.81)

Associado ao uso dos preceitos e práticas contidos no manual e da ampliação da comunicação integrada e dialógica, dentro da estratégia de comunicação institucional, nos últimos anos, no país, a Eletrobras Eletronuclear vem intensificando o contato com a sociedade por meio da divulgação de notícias sobre suas ações positivas nas redes sociais Twitter e Facebook e abrindo o canal para o diálogo com o público.

Entretanto, muito mais deve ser feito. Depois do recente acidente de Fukushima, ficou claro que a comunicação ainda tem um longo caminho para percorrer em termos de agilidade, transparência e diálogo. É preciso estar-se atento, no entanto, para que os graves incidentes radiológicos do passado não se transformem no simulacro do mundo virtual, em que a função do signo faz desaparecer a realidade:

Como os reatores de Tchernobyl lacrados num sarcófago de concreto: a ameaça de uma catástrofe nuclear ingressa também no virtual. Eis o maior empacotamento da história: de 1 a 4 bilhões de dólares, dez anos de trabalho. O maior objeto jamais subtraído à circulação de todos os séculos (BAUDRILLARD, 1997).

REFERÊNCIAS

BATISTA, Leandro Leonardo. A comunicação de riscos no mundo corporativo e o conteúdo da mensagem. In **Organicom**. Ano 4, número 6. 2007.

BAUDRILLARD, Jean. **Tela total**: mito-ironias da era do virtual e da imagem. Porto Alegre: Sulina, 1997.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BLIKSTEIN, Izidoro. O direito e o avesso: análise semiótica do discurso político e empresarial. In: **Organicom**. Ano 5, número 9. 2008.

CAETANO, Liliane Moiteiro. A comunicação pública e a rede: podemos o que queremos? In:

MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013.

GOLDEMBERG, José; LUCON, Oswaldo. Energia nuclear no Brasil e no mundo. In: VEIGA, José Eli da (org.). **Energia nuclear**: do anátema ao diálogo. São Paulo: Editora Senac, 2011.

HASWANI, Mariângela Fulan. Comunicação pública 360 graus e a garantia de direitos (capítulo 4). In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). Comunicação pública, sociedade e cidadania. São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

IAEA; ELETRONUCLEAR. **Comunicação com o público em uma emergência nuclear ou radiológica**. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2013.

IASBECK, Luiz Carlos Assis. Imagem e reputação na gestão da Identidade organizacional. In: **Organicom**. Ano 4, número 7. 2007.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013.

MATOS, Heloiza. A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento (capítulo 2). In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano: Difusão, 2011.

MME & EPE. **Plano Nacional de Energia 2030**. Brasília: Ministério de Minas e Energia/Empresa de Pesquisa Energética, 2007. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/mme/menu/todas_publicacoes.html>. Acesso em: 24 fev. 2014.

MAIA, Rousiley. Em busca do interesse público: tensões entre a argumentação e a barganha (capítulo 14). In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

SALGADO, Paulo Régis. Comunicação organizacional: a ótica das relações públicas governamentais (capítulo 9). In: FARIAS, Luiz Alberto de (org.). **Relações públicas estratégicas: técnicas, conceitos e instrumentos**. São Paulo: Summus, 2011.

SANDMAN, Peter. **Responding to Community Outrage**: Strategies for Effective Risk Communication. Fairfax: American Industrial Hygiene Association, 1993.

SJÖBERG, Lennart. Risk communication between experts and the public: perceptions and intentions. In **Organicom**. Ano 4, número 6. 2007.

THE Battle of Chernobyl. Direção: Thomas Johnson. Produção: Hind Saih. Ucrânia: Play Film, 2006. Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=m3GmD4CepVQ>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

VEIGA, José Eli. Perspectiva Nuclear Pós-Fukushima. In: **Política Externa**. Volume 20, número 1, jun-ago./2011. Disponível em: <http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/2011-07_Perspectiva-nuclear-pos-Fukushina-Politica-Externa-Jun-Ago_2011.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2014.